

RESUMO - CIÊNCIAS HUMANAS - ANTROPOLOGIA

**COMUNIDADES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA E A EXPLORAÇÃO DE
POTÁSSIO**

Mariana Pereira Martins (marianapereiramartins@ufrj.br)

Thereza Cristina Cardoso Menezes (therezaccm@uol.com.br)

A pesquisa analisou, a partir de um estudo de caso, as controvérsias em torno do neoextrativismo na Amazônia. Focou-se no debate sobre a exploração de potássio em territórios tradicionalmente ocupados pelo povo Mura, no município de Autazes (AM), vinculada ao projeto “Potássio Autazes”, empreendimento minerário de grande porte orçado em R\$ 2,5 bilhões e gerido pela empresa canadense Potássio do Brasil. O projeto é apresentado como alternativa para reduzir a dependência brasileira de importações de potássio, fertilizante essencial ao agronegócio, ainda que a Constituição Federal de 1988 restrinja atividades minerárias em Terras Indígenas sem a devida regulamentação, em consonância com a Convenção 169 da OIT. A metodologia adotou uma abordagem qualitativa, baseada no levantamento e na análise crítica de documentos do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), do Ministério Público Federal (MPF) e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), além de material jornalístico da imprensa local e de jornalistas independentes. Registros históricos indicam ocupação tradicional da área pelos Mura há cerca de 200 anos, e seus representantes reivindicam o reconhecimento e a demarcação do território Soares Urucurituba há aproximadamente duas décadas. Observou-se que a empresa Potássio do Brasil tem se beneficiado da morosidade no processo de demarcação. A

pesquisa identificou que o conflito entre os Mura e a mineradora acirrou tensões internas entre indígenas favoráveis e contrários à exploração mineral, além de intensas estratégias de cooptação e produção massiva de conteúdo pela imprensa sobre o caso e seus desdobramentos. O episódio gerou forte mobilização pró-mineração e articulações políticas em favor de alterações legislativas. Em fevereiro de 2025, o ministro Gilmar Mendes instaurou uma mesa de conciliação que incluiu a discussão sobre mineração e propôs a regulamentação da atividade em Terras Indígenas por meio de minuta de projeto de lei que admite a consulta, mas não o veto dos habitantes do território a empreendimentos de interesse da União, como o projeto Potássio Autazes. Outro instrumento legislativo em debate em 2025 é o PL 2.159/2021, apelidado de “PL da Devastação” por críticos, concebido pela bancada ruralista e aprovado pela Câmara dos Deputados. O projeto prevê a execução de atividades minerárias em torno de terras indígenas não homologadas e sem o consentimento da Funai, favorecendo mineradoras como a Potássio do Brasil. A proposta da Licença Ambiental Especial (LAE) promete acelerar autorizações para empreendimentos considerados estratégicos pela União, o que pode viabilizar concessões mediante pressões políticas. O caso dos Mura de Autazes exemplifica a influência do lobby mineral na Amazônia, revelando articulação entre mineração e agronegócio em ofensiva contra direitos territoriais indígenas, no contexto de revalorização de um modelo desenvolvimentista que tensiona normas constitucionais e direitos socioambientais.

Palavras-chave: terras indígenas; amazônia; potássio; desenvolvimento; estado; mineração; agronegócio.